



# O negro no Brasil República

Revoltas Populares  
e Movimentos  
Sociais

**Gabriel Claveria e Souza**  
**Esther Kuperman**



Rio de Janeiro, 2024

**O negro no Brasil República:**  
Revoltas Populares e Movimentos Sociais

**Gabriel Claveria e Souza**

**Esther Kuperman**

# **O negro no Brasil República:**

**Revoltas Populares e Movimentos Sociais**

**1ª Edição**



**Rio de Janeiro, 2024**

**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

S729 Souza, Gabriel Claveria e  
O negro no Brasil República : revoltas populares e movimentos  
sociais / Gabriel Claveria e Souza ; Esther Kuperman. - 1. ed. - Rio de  
Janeiro : Imperial Editora, 2024.

44 p.

Bibliografia: p. 42-44.

ISBN: 978-65-5930-136-2.

1. Relações étnico-raciais. 2. História (Ensino médio) - Estudo e ensino. 3. Negros - Brasil - História. 4. População negra. 5. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. 6. Brasil - História - Revolta da Esquadra (Revolta da Chibata), 1910. 7. Frente Negra Brasileira. 8. Movimento Negro Unificado (Brasil). 9. Educação decolonial. I. Kuperman, Esther. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

## RESUMO

Este material busca abordar a História do Brasil republicano sob uma ótica diferente da tradicional: estudar esse período histórico protagonizando as populações negras em alguns recortes de tempo. É uma pesquisa bibliográfica e historiográfica. Pretende contribuir para uma educação antirracista e decolonial. Através de oficinas pedagógicas, estuda a primeira república sob o viés das revoltas populares que foram realizadas por pessoas negras, que lutavam por direitos e melhores condições de vida. Trabalha a década de 1930 privilegiando a Frente Negra Brasileira, organização negra que buscava maior inserção social desta população, em meio à era Vargas. Aborda o Movimento Negro Unificado criado em 1978 e sua atuação na sociedade, paralelo à ditadura militar e o início da redemocratização no Brasil. Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem favorece a inclusão de uma população historicamente excluída no Brasil, e promove aos estudantes uma maior conscientização da importância dos negros na construção de nosso país, contribuindo na construção de identidade e em uma educação antirracista.

**Palavras-chave:** população negra; Brasil República; Revolta da Chibata; Frente Negra Brasileira; Movimento Negro Unificado.

## ABSTRACT

This research seeks to approach the History of Republican Brazil from a different perspective than traditional: studying this historical period featuring black populations in some time cuts. It is a bibliographical and historiographical research and intends to contribute to a anti-racist and decolonial education. Through pedagogical workshops, studies the first republic under the bias of popular revolts that were carried out by Black people, who fought for rights and better living conditions. Works in the 1930s, privileging the Black Front Brazilian, a black organization that sought greater social insertion of this population, in the midst of the Vargas Era. It addresses the Unified Black Movement created in 1978 and its role in society, parallel to the military dictatorship and the beginning of redemocratization in Brazil. In this way, the process of teaching-learning favors the inclusion of a historically excluded population in Brazil, and promotes greater awareness among students of the importance of black people in the construction of our country, contributing to the building of identity and anti-racist education.

**Keywords:** black population; Brazil republic; The Chibata Revolt; Black FrontBrazilian; Unified Black Movement.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>OFICINA 1</b>	11
<i>Atividades e Reflexões</i>	15
<b>OFICINA 2</b>	16
<i>Atividades e Reflexões</i>	20
<b>OFICINA 3</b>	21
<i>Atividades e Reflexões</i>	26
<b>OFICINA 4</b>	28
<i>Atividades e Reflexões</i>	32
<b>OFICINA 5</b>	33
<i>Atividades e Reflexões</i>	37
<b>OFICINA 6</b>	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	40
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	42

## INTRODUÇÃO

A proposta de Produto Educacional da presente pesquisa consiste na elaboração de um material didático impresso sobre alguns períodos da História da população negra no Brasil do século XX. Em um primeiro momento pretende-se apresentar o total descaso dos governos republicanos do final do século XIX e início do XX quanto à situação dos ex-escravos, negros, que continuavam a ser explorados e muitas vezes ainda sofriam tratamentos semelhantes à condição escrava. “O Darwinismo social – com sua pregação sobre a hierarquia entre as raças e a superioridade racial branca – constituía a ideologia das classes dominantes do Brasil” (Akpan *et al.*, 2021, p. 240).

Trabalhando com os alunos trechos de textos de época, escritos por lideranças, pensadores e cientistas da época, tanto europeus, como brasileiros, pretende-se abordar como o racismo e a exclusão das populações negras era comum à época. A inferiorização das populações africanas e seus descendentes eram embasadas em teorias sociais e raciais deste período de final de século XIX e início do XX, dando legitimidade à exclusão social destes no início do Brasil república.

O Racismo era predominante no Brasil e os negros que deixaram de ser escravos não foram incluídos socialmente, não tiveram condições de se inserir no contexto do início da República. Neste contexto pretende-se abordar o primeiro período da História da população negra, as primeiras revoltas negras, na condição de homens livres, focando na Revolta da Chibata.

A Guerra de Contestado, de Canudos e a Revolta da Vacina, embora não tenham sido lideradas por pessoas negras ou mesmo não sejam episódios exclusivos ou de imensa maioria negra, denotam sua participação. Essas revoltas lutavam por melhores condições de vida, de trabalho, acesso à terra, e a população negra estava inserida nessa luta, tendo em vista a escravidão pela qual foi submetida por mais de 3 séculos, e uma subsequente abolição que não garantiu a inserção social e garantia de direitos a esta população.

Já a Revolta da Chibata foi realizada por marujos negros a bordo da embarcação Minas Gerais, atracada na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Liderados por João Cândido, os revoltosos reclamavam das péssimas condições de trabalho na marinha brasileira. Gritavam por liberdade e o fim da chibata, pois estes ainda sofriam castigos físicos semelhantes ao período da escravidão. Mesmo o movimento tendo sido traído pelas autoridades que puniram e mataram as lideranças e alguns revoltosos, ele foi fundamental para fragilizar a hierarquia

militar, previu o fim dos castigos físicos nos ambientes militares e escandalizou a sociedade, pelo menos carioca, por demonstrar a forma que os marujos eram tratados, causando certa comoção social (Nascimento, 2016).

Outro tema é a “Frente Negra Brasileira” tratando desta durante os governos de Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940. Muito se fala nesta época das políticas varguistas, desenvolvimento da indústria e os direitos dos trabalhadores. Mas pouquíssimo se trata da organização do movimento negro no Brasil com a criação desta frente, em 1931.

Este movimento foi fundamental para organizar e reivindicar as pautas desta população que ainda era marginalizada. Foi a maior organização negra no pós-abolição. Esta frente mantinha escolas, grupos musicais, time de futebol, serviços médicos e odontológicos e cursos de formação política, fundamentais para a conscientização da situação dos negros no Brasil e a luta por igualdade (Domingues, 2008).

Também pretende-se abordar como esta associação se enfraqueceu e se dissolveu a partir de 1937, com o golpe do Estado Novo. Associar democracia à possibilidade pela luta por direitos, e como que regimes ditatoriais, por melhor que possam parecer aos estudantes, são sempre perversos social e economicamente.

Terceiro e último período da História da população negra deste material é a atuação do “Movimento Negro Unificado”, criado em 1978, sua contribuição para o enfraquecimento da ditadura civil-militar no Brasil e sua atuação no início do processo de redemocratização. Esta frente exerceu um papel importante na denúncia da pobreza em que vivia a maioria da população negra no Brasil, da violência policial nas grandes cidades e do mito da democracia racial.

Com o objetivo de enfrentar o racismo, a discriminação racial, a desigualdade e as condições a que o negro estava sujeito, este sentimento de insatisfação de negras e negros se transformou no Movimento Negro Unificado, que resgata a forma da população negra lutar, que saía agora da clandestinidade e do universo de atividades lúdicas e esportivas, para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, fortalecido pela confecção de panfletos e jornais próprios, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas (Custodio, 2017, p. 117).

Todas as narrativas citadas buscam mostrar ao alunado do 3º ano do ensino médio como que a luta organizada dos negros ao longo da História brasileira modificou, mesmo que minimamente, a condição do negro na sociedade brasileira, e mais amplamente, interferiu e

participou dos mais diversos processos históricos da História republicana brasileira. Este material se pretende relevante para contribuir à Identidade negra dos alunos nesta condição e na luta antirracista. Apresentar pessoas negras relevantes na História brasileira e mostrar que o Brasil não foi construído apenas por brancos, traz à tona um sentimento de importância e pertencimento dos alunos aos mais diversos processos que nosso país atravessou e atravessa.

A metodologia de aplicação deste material didático se dará através de Oficinas Pedagógicas. A proposta de roteiro consiste em 6 oficinas, com tempo aproximado de duração de 1 hora e 30 minutos (2 tempos de aula) cada.

A primeira oficina se caracterizará por critérios de aproximação entre docente, discentes incluídos no projeto e o tema a ser discutido. Verificar-se-á o que os alunos sabem da História da população negra no Brasil no século XX, introduzir os conceitos de Decolonialidade e Pedagogia Decolonial e apresentar os conteúdos que serão trabalhados durante as oficinas e o que se espera dos alunos nesta participação. Neste momento já teremos os dados referentes ao questionário que será aplicado e saberemos um pouco sobre as realidades socioeconômicas e étnico-raciais dos alunos participantes.

A segunda oficina se caracteriza por uma abordagem geral sobre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil. Nesta abordagem pretende-se trabalhar com os alunos o que eles possuem de conhecimento prévio sobre nosso país neste período, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Em seguida será utilizado o material didático elaborado para mostrarmos como era o Brasil em relação à questão negra neste período, percebendo que a abolição da escravidão, pura e simplesmente, não gerou efeitos imediatos na qualidade de vida dos agora ex-escravos, que muitos ainda permaneceram em condições semelhantes e que esta população não obteve oportunidades de inclusão social, de emprego ou moradia dignas. Importante que esta oficina possa fazer conexões com o Brasil de hoje, tendo em vista que a História é um processo, a construção e início de nossa república foi institucionalmente racista e isso gera efeitos no país até os dias de hoje.

A partir da terceira até a quinta oficina vamos abordar alguns conteúdos propriamente ditos da História brasileira que tenha relevância e protagonismo negros. São eles: revoltas populares na 1ª República brasileira, dando destaque à Revolta da Chibata; a criação da “Frente Negra Brasileira” em 1931 e seus desdobramentos durante os governos de Getúlio Vargas (democracia e ditadura); e a criação do Movimento Negro Unificado em 1978 e seus desdobramentos no fim da Ditadura civil-militar e a abertura política a partir de 1985.

Por fim, a sexta e última oficina se trata de um encerramento, discussão geral, sobre as temáticas abordadas, os impactos causados em cada um, a contribuição para a formação da Identidade e na luta antirracista. Esta se preocupará com as percepções e discussões discentes sobre o assunto, e eles terão que desenvolver um resumo dos conteúdos apreendidos, bem como se foram importantes ou não nos aspectos citados anteriormente.

Após as oficinas serão realizadas algumas entrevistas com alunos selecionados, para percebermos ainda mais os impactos do uso do material didático e o método utilizado (oficinas pedagógicas), o que possivelmente poderá ser melhorado, e realizar comparações entre o antes e depois das oficinas pedagógicas na percepção do negro na História brasileira.

## OFICINA 1

Atualmente, no século XXI, o Brasil continua a sofrer com graves problemas sociais: preconceito, racismo, discriminação e até mesmo condições de trabalho análogas à escravidão. É crucial compreender e abordar a escravidão e os meios que podem restaurar a dignidade inerente a todos os indivíduos. Historicamente e culturalmente, a escravidão deixou os brasileiros se sentindo desiguais, até mesmo inferiores. A abolição subsequente não alterou essa situação, e o elitismo continuou a prevalecer, incluindo durante o período conhecido como "República Velha" (1889-1929) e a postura corporativista da era Vargas (1930-1945).

A desigualdade resulta de um acordo social exclusivo no qual a cidadania não é concedida e reconhecida universalmente, levando a diferentes direitos, garantias e oportunidades para diferentes indivíduos. Portanto, analisar e perceber as consequências da escravidão no Brasil, seu fim legal manipulado por uma elite branca e a constituição de uma República excludente com a população negra é fundamental para entendermos o Brasil de hoje.

Embora esse problema possa não nos afetar diretamente, ele nos impacta indiretamente todos os dias, prejudicando o desenvolvimento social e econômico do país e negligenciando direitos e garantias de milhões de brasileiros.

A escravidão no Brasil ocorreu durante mais de 300 anos, milhões de negros africanos foram capturados e transportados à força para o Brasil, onde foram vendidos como escravos e obrigados a trabalhar em condições desumanas em plantações, minas e outras atividades econômicas. Seus filhos, netos e bisnetos seguiram forçosamente este mesmo caminho.

A escravidão no Brasil foi oficialmente abolida em 1888, após décadas de luta e resistência dos escravos e dos abolicionistas. No entanto, as marcas desse período ainda são profundas e visíveis na sociedade brasileira atual.

As consequências da escravidão no Brasil incluem a persistência de desigualdades socioeconômicas, raciais, profissionais e educacionais, além de um legado de violência e exclusão que afeta especialmente a população negra do país. A luta contra o racismo e a busca por justiça e reparação para as vítimas da escravidão continuam sendo desafios importantes para o Brasil e para toda a humanidade.

A abolição da escravidão é um marco fundamental na história do Brasil, representando o fim de uma era de sofrimento e opressão para milhões de pessoas negras que foram escravizadas ao longo de séculos. A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, pôs fim

legalmente à escravidão no país, mas não necessariamente à exclusão social e econômica que os negros continuariam a enfrentar.

Este período da história brasileira deixou cicatrizes profundas, que se refletem nas desigualdades sociais que persistem até os dias atuais. A abolição da escravidão não foi seguida por políticas efetivas de inclusão e reparação, o que resultou na marginalização contínua da população negra. A falta de acesso a educação de qualidade, oportunidades econômicas e igualdade de direitos criaram um legado de exclusão que perdura.

Quando tratamos do que se ensina na escola, também se percebe essa exclusão e apagamento proposital das populações negras no currículo de História. Percebe-se uma História eurocentrada. A História do Brasil, por exemplo, só é estudada a partir do momento em que os portugueses chegam ao Brasil. Não se trabalha as populações tradicionais, indígenas, mas políticas e doutrinas econômicas da colonização, desenvolvidas pelos portugueses, pelos colonizadores.

Desta maneira, é importante trazer uma perspectiva pedagógica decolonial para a educação básica, trabalhar com paradigmas que vão além dos sistemas educativos hegemônicos. Poder vivenciar uma escola que dê importância e voz aos que historicamente foram esquecidos propositalmente. A Pedagogia Decolonial contribui para uma práxis orientada pelo questionamento, transformação, intervenção, ação, e criação de condições radicalmente diferentes do que está posto (Walsh, 2009).

A pedagogia decolonial é uma escola de pensamento latino-americana recente que visa repensar a escola para combater o racismo e garantir que a educação faça sentido para a comunidade e o território. Esta pedagogia propõe a transgressão da colonialidade e a superação dos processos de subalternização, com o objetivo de promover uma educação que valorize a diversidade e construa relações de diálogo e colaboração.

A pedagogia decolonial é um campo de estudo que busca desconstruir os paradigmas educacionais tradicionais que perpetuam a dominação e a marginalização de determinados grupos sociais. Ela propõe uma abordagem crítica e reflexiva sobre o conhecimento e a prática pedagógica, buscando promover a igualdade, a diversidade e o respeito às diferenças culturais.

Nossa proposta é uma educação antirracista, que promova conscientização de sua situação étnico-racial e que mostre que a História brasileira foi construída também por negros, mas infelizmente não para negros.

Nascimento *et al.* (2017) relatou ainda que no Brasil há uma diferenciação relacionada a violência entre negros e brancos, pois a mortalidade está agregada às desigualdades sociais, sendo o risco de morte por causas externas maior entre a população negra quando comparada à branca, pois grande parte dos negros vivem em situação de vulnerabilidade.

Segundo Cerqueira (2021), em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra.

Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população negra no Brasil representava 56,2% da população em 2020, o que corresponde a cerca de 118,9 milhões de pessoas. O IBGE considera como população negra aquelas pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas na pesquisa de identificação étnico-racial. Em 2020, 19,1% da população brasileira se autodeclarou preta, enquanto 37,1% se autodeclarou parda.

De acordo com dados do IBGE, a taxa de desemprego entre a população negra no Brasil ainda é mais alta do que entre a população branca. Em 2020, a taxa de desocupação para a população negra ficou em 19,1%, enquanto para a população branca foi de 11,5%. Além disso, a pesquisa também aponta que a população negra é a que mais sofre com o desemprego de longa duração, ou seja, que está há mais tempo procurando emprego. Em 2020, cerca de 53,7% dos desempregados negros estavam nessa situação há mais de um ano, enquanto entre os brancos esse percentual era de 43,2%.

Essa disparidade pode ser explicada por diversos fatores, como a discriminação racial no mercado de trabalho, a falta de oportunidades educacionais e a desigualdade socioeconômica que ainda afeta grande parte da população negra no país.

Segundo dados do IBGE, a renda per capita da população negra no Brasil é menor em comparação com a renda da população branca. Em 2020, a renda média mensal per capita dos negros era de R\$ 934, enquanto a dos brancos era de R\$ 1.846.

Além disso, a pesquisa também mostra que a população negra está mais presente em ocupações informais, com menos garantias trabalhistas e previdenciárias, e também em

trabalhos que pagam salários mais baixos. Essa desigualdade na renda também é influenciada por fatores como a desigualdade na distribuição de renda, a discriminação racial no mercado de trabalho e a falta de acesso à educação e oportunidades de ascensão social.

A participação da população negra nas escolas e universidades tem aumentado nos últimos anos, mas ainda há desigualdades significativas em relação aos brancos. Segundo dados do IBGE, em 2020, 46,9% dos estudantes de ensino fundamental e médio se autodeclararam negros, enquanto entre os estudantes de ensino superior esse percentual foi de 29,8%.

No entanto, é importante destacar que a proporção de estudantes negros em universidades públicas vem aumentando nos últimos anos. De acordo com o último censo da educação superior, em 2019, 50,3% dos ingressantes nas universidades públicas foram autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

No ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que é uma das principais formas de ingresso nas universidades públicas no Brasil, a participação da população negra também tem crescido. Em 2020, 55,3% dos inscritos no exame se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas.

No entanto, é importante ressaltar que a população negra ainda enfrenta desafios significativos no acesso à educação de qualidade, como a falta de acesso à educação infantil e a qualidade inferior do ensino em muitas escolas públicas. Além disso, a população negra ainda é sub-representada em cursos de maior prestígio e em áreas de maior remuneração no mercado de trabalho.



## *Atividades e Reflexões*

De acordo com o texto acima, reflita sobre as seguintes questões e desenvolva respostas com suas palavras:

- 1) Por que mesmo depois da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, podemos considerar que a população negra não consegue sua liberdade, e muito menos condições de igualdade social e racial?
- 2) Nosso currículo da disciplina de História é eurocêntrico, ou seja, coloca a Europa e os europeus no centro do debate, conforme falado no texto. Contrapondo-se a isso, existe a Pedagogia Decolonial. Explique o que é esta pedagogia e quais seus principais objetivos.
- 3) O racismo é um dos principais problemas sociais do Brasil de hoje. Retire do texto pelo menos duas estatísticas que confirmem a existência do racismo no Brasil.
- 4) Dentro das várias estatísticas que confirmam o racismo no Brasil, apresentadas no texto, uma dá um sinal de melhora na superação das desigualdades entre brancos e negros. Qual? Apresente os números para confirmar sua resposta.
- 5) Na sua opinião: qual a importância de se ter mais pessoas negras acessando as universidades no Brasil para o combate ao racismo e às desigualdades sociais?

## OFICINA 2

O período da primeira república no Brasil (1889-1929) foi um momento de consolidação e institucionalização deste novo modelo político, também de superação do anterior, a monarquia. Alguns grupos políticos e sociais lideraram este processo, enquanto tantos outros foram marginalizados. Esse período também é subsequente à abolição da escravidão, uma grande mudança nas possibilidades de mão-de-obra usadas para a geração de riquezas no Brasil, e claramente um desafio enorme na condução e inserção de uma população que foi “coisificada” e explorada por mais de 300 anos na condição de escravizada: os negros.

Esta população negra conseguia em 1888 a “liberdade”. Não podiam mais ser escravizados. Mas agora qual era o seu lugar? A grande maioria desta população era de analfabetos, pobres, sem moradia, e sem trabalho. A pobreza era latente, e mesmo os que foram individualmente se inserindo no mercado de trabalho, sofriam muito preconceito e discriminação. Não se apaga 300 anos de inferiorização dos negros em uma sociedade com uma lei que proíbe a escravidão.

Neste contexto os primeiros governos desta nova república tiveram que lidar com todas essas questões levantadas acima. Esses governos não fizeram políticas de inclusão social da população negra, nem tampouco promoveram a estes o acesso à educação e emprego dignos. Muito pelo contrário, foram criadas políticas punitivistas, que criminalizavam e marginalizavam ainda mais os agora “ex-escravos”.

Um claro exemplo disso é o código penal de 1890, que condenava à prisão a prática da capoeira ou cânticos e orações que remetessem a religiões de matrizes africanas em locais públicos. Também foi instituído com o decreto nº 145, de 1893, a “Lei da Vadiagem” que prendia pessoas ociosas ou sem documentos que estavam em vias públicas. E ainda o decreto nº 3475, de 1899 que negava o direito à fiança a réus “vagabundos” ou sem domicílio fixo, e ainda permitia incursões policiais sem a necessidade de autorização da justiça.

Embora essas leis, políticas e decretos não citem de maneira evidente, elas eram destinadas a punir os negros. Quem praticava a capoeira? Quem praticava tradições religiosas africanas? Quem não possuía documentos porque até pouco tempo eram escravos? Não é difícil responder que era a população negra.

Neste contexto de fim da escravidão no Brasil e início de um novo modelo político, a república, consolida-se a teoria do Darwinismo Social, que corroborava uma hierarquização social, colocando os mestiços e negros brasileiros como baixos socialmente. Partia-se do

princípio de que o brasileiro não tinha conseguido promover seu desenvolvimento por possuir muitos mestiços e uma população negra muito presente na sociedade. Alguns intelectuais da época propunham resolver o problema racial brasileiro pelo apagamento das populações inferiores (negros e mestiços) e um consequente embranquecimento do Brasil (Bolsanello, 1996).

No final do século XIX e início do século XX um conjunto de teorias racistas e de supremacia branca foi desenvolvido, e ficou conhecido como Darwinismo Social, uma teoria que se originou a partir das ideias de Charles Darwin sobre a evolução das espécies e foi aplicada à sociedade humana. Embora a teoria da evolução de Darwin tenha revolucionado nossa compreensão da natureza, o Darwinismo Social distorceu esses ideais para justificar e perpetuar a discriminação e a exploração de grupos humanos.

No século XIX, quando o Darwinismo Social estava em voga, a escravidão ainda era uma prática comum em muitas partes do mundo, incluindo os Estados Unidos e o Brasil. Os defensores do Darwinismo Social argumentavam que a escravidão e a dominação racial eram a expressão natural da "sobrevivência do mais apto", uma interpretação distorcida das teorias de Darwin. Eles alegavam que certas raças eram biologicamente superiores e, portanto, tinham o direito de subjugar outras raças. Em seguida, mesmo após a abolição da escravidão, essas teorias permaneceram, e o racismo persistiu, não só no Brasil mas em todo o mundo.

Veremos a seguir textos desenvolvidos entre final do século XIX e início do XX que corroboram o Darwinismo Social e a ideologia racista, para analisarmos o quanto a sociedade desta época, mesmo no contexto da abolição da escravidão no Brasil, era preconceituosa e permanecia a inferiorizar as pessoas negras.

As Raças superiores têm um direito perante as raças inferiores. Há para elas um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores. Vós podeis negar; qualquer um pode negar que há mais justiça, mais ordem material e moral, mais equidade, mais virtudes sociais na África do Norte desde que a França a conquistou? (Mesgravis, 1994, p. 14).

O fragmento acima é do primeiro-ministro francês Jules Ferry, realizado em 28 de julho de 1885 ao parlamento francês. O contexto é de Imperialismo europeu na África, e as ideias de superioridade branca e inferioridade negra servem como justificativa para a França colonizar, explorar e conquistar os territórios africanos de seu interesse.

Se prevejo corretamente, essa poderosa raça avançará sobre o México, a América Central e a do Sul, as ilhas do oceano, a África e mais adiante. Essa raça está predestinada a suplantar raças fracas, assimilar outras e transformar as restantes até toda a humanidade ser anglo-saxonizada (Aquino, 1988, p. 99).

Este discurso é de Josiah Strong (1847-1916), estadunidense que defendia a ideia de imperialismo dos Estados Unidos da América em toda a América. Diferente do Imperialismo europeu na África, que ocupava e explorava o território e suas populações, os Estados Unidos desenvolveram um imperialismo mais simbólico, com domínio cultural e controle de governos em várias partes da América para defesa de seus interesses econômicos, políticos e militares. Vê-se nesse trecho uma ideia de superioridade branca e uma inferioridade também das raças indígenas e mestiças que compunham a América neste período.

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. [...] Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade. O poder material é apenas um meio para esse fim (Said, 1995 *apud* Berutti, 2024, p. 23).

Acima se reproduz a fala de François-Jules Harmand, diplomata francês, realizada em 1910. Também legitima a noção de superioridade racial e justifica a colonização europeia na África. Trabalha com a noção de hierarquia racial, colocando o europeu como mais desenvolvido, civilizado, e o resto da humanidade como inferior.

O império Britânico não se reduz às colônias autônomas e ao Reino Unido. Compreende uma parte muito mais vasta, uma população muito maior sob os climas tropicais, onde um grande povoamento europeu é impossível e onde as populações indígenas ultrapassam sempre, largamente, o número de habitantes brancos. [...] Sentimos, hoje, que o nosso governo sobre esses territórios não pode justificar-se se não mostrarmos que ele aumenta a felicidade e a prosperidade do povo, e afirmo que o nosso governo efetivamente levou a esses países, que nunca tinham conseguido esses benefícios, a segurança, a paz e uma prosperidade relativa. Prosseguindo nesta obra de civilização, cumpramos o que penso ser a nossa missão nacional, [...] (Freitas, 1978, p. 180-181).

O fragmento acima foi escrito por Joseph Chamberlain, influente político britânico de sua época, que corroborava a visão de que os europeus estavam colonizando territórios pelo mundo para cumprir uma missão civilizatória. Justificativa essa usada por vários países

européus à época do Imperialismo. Para legitimar as invasões, ocupações e explorações dos territórios africanos e asiáticos, os europeus alegavam que estavam trazendo felicidade, desenvolvimento, progresso e civilização para estes povos.

Mesmo que estejamos tratando de autores e lideranças estrangeiras, essas ideias chegaram com muita intensidade no Brasil, e teve porta-vozes aqui. A quantidade de negros e mestiços no Brasil, no início do século XX, era visto como um dos sinônimos do atraso e subdesenvolvimento de nosso país. Os cruzamentos entre raças, a mestiçagem, era um problema e deveria ser evitado a todo custo de acordo com a intelectualidade brasileira. “Deste estado de desencontro, de ignorância e de conflito, [...], entre as raças, o meio, as instituições, os costumes e as ideias, resultaram os traços que formaram o relevo convulsionado da estrutura social brasileira” (Torres, 1990, p. 10 *apud* Lemos, 2018, p. 81).

O elemento racial era muito presente no pensamento de Alberto Torres e ele faz duras críticas à mestiçagem no Brasil, alegando que “essa multidão de forçados da vagabundagem está gravemente inveterada na indolência, profundamente abatida na reatividade do caráter e do espírito” (Torres, 1990, p. 35 *apud* Lemos, 2018, p. 87).

Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, intelectuais brasileiros do início do século XX, consideravam a questão racial mais importante do que a do meio, e esta passou a ser vista como “a base fundamental de toda a história, de toda política, de toda estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações” (Ortiz, 1985, p. 20), contrariando, por exemplo, o pensamento do historiador inglês Buckle, que responsabilizava totalmente o clima pelo “atraso” do país. Ou seja, o atraso econômico, industrial e tecnológico do Brasil, para estes próprios brasileiros, era devido às questões raciais.



## *Atividades e Reflexões*

De acordo com o texto acima, reflita sobre as seguintes questões e desenvolva respostas com suas palavras:

- 1) A população negra consegue liberdade e igualdade após a abolição da escravidão e a construção da República no Brasil? Justifique sua resposta.
- 2) Explique o que foi o conjunto de ideias racistas denominado Darwinismo Social.
- 3) Analise os trechos retirados da época (final do século XIX e início do XX). A visão destas pessoas condiz com a teoria do Darwinismo Social? Justifique.
- 4) Você concorda com a visão racial dos trechos retirados da época? Justifique sua resposta.
- 5) No Brasil, essas teorias de ideias racistas e supremacistas chegaram e foram incorporadas por vários intelectuais. De acordo com esses autores, por que o Brasil era um país atrasado econômica e tecnologicamente?

### OFICINA 3

Devido a todo o cenário político, econômico e social exposto nas oficinas anteriores, várias revoltas aconteceram nesse período de início da república brasileira. Algumas delas tiveram participação ativa de negros e negras, e uma delas foi liderada e organizada por um marinheiro negro, João Cândido, na Revolta da Chibata.

A primeira revolta, que foi muito impactante durante a primeira república, foi a Guerra de Canudos, que aconteceu ainda no século XIX, entre 1893 e 1897, no interior da Bahia. De acordo com Nascimento e Junior (2020, p. 3):

A Guerra de Canudos foi o confronto ocorrido entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República, que durou de 1893 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Sem dúvida foi um movimento que refletia a extrema miséria em que viviam as populações marginalizadas do Sertão Nordestino. Fruto de vários fatores entre eles a crise econômica no nordeste brasileiro, agravada pela seca cíclica e os latifúndios improdutivos, o movimento é agravado pelo desemprego na região, em um Brasil que ainda se acostumava com o pós escravidão; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

É importante salientar que se tratando de interior da Bahia, nordeste brasileiro, onde a presença da escravidão negra foi bastante numerosa durante séculos, essa pobreza e miséria colocada pelo autor assolava em grande medida a população negra, recém liberta após a abolição da escravidão em 1888. A liderança do movimento foi desenvolvida por um religioso e possui caráter messiânico, conhecido como Antonio Conselheiro. Ele não era negro, mas a massa que trabalhava e compunha o vilarejo de Canudos era de negros, também indígenas e alguns brancos pobres.

Canudos se tornou um vilarejo onde as pessoas trabalhavam e viviam livremente, sem a opressão dos grandes coronéis, os antigos senhores de escravos. Isso incomodou muito as elites fazendeiras locais que junto com o governo federal, enviaram exércitos para dizimar a população de Canudos, e junto, o sonho de liberdade e melhor qualidade de vida. As tropas de Canudos que lutaram contra as forças militares do governo brasileiro eram em maioria compostas por negros, ex-escravos. Lamentavelmente existem poucas documentações sobre Canudos, pois o exército do governo dizimou e massacrou o vilarejo e toda sua população.

Outra revolta de caráter rural, e com significativa participação negra, foi a Guerra de Contestado, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916, a mais duradoura de toda a Primeira República.

**Figura 1 – Contestado**



Fonte: Matihás; Piazza; Thomé, 1987, p. 67.

Na ilustração acima, vê-se pessoas de diferentes grupos étnicos, que lutaram juntos na Guerra de Contestado. Vê-se algumas pessoas até descalças, o que configura a pobreza. Tem pessoas brancas, um indígena, e em maioria pretas e pardas, o que mostra uma ampla participação neste movimento da população negra. Como dizem os pesquisadores do assunto Costa (2017) e Ramos (2016) é clara a presença negra na Guerra de Contestado, embora se encontre poucas evidências nos documentos oficiais escritos, nas poucas imagens de época que se tem, é flagrante que a revolta contou com apoio de pessoas negras que viram nesta uma oportunidade de lutar por melhores condições de vida, por emprego, terras e moradias na região.

Assim como feito em Canudos, as tropas do governo federal dizimaram os exércitos revoltosos. Mais uma vez o sonho de igualdade, acesso à terra e melhores condições de vida foram mortos assim como as pessoas que lutaram por elas.

Abordando revoltas urbanas, especificamente no Rio de Janeiro, importante ressaltar a revolta da Vacina, que ocorreu em 1904. Embora esta revolta não tenha um caráter organizado, com lideranças expressivas, causou bastante impacto à época, principalmente por acontecer na então capital federal do Brasil.

O governo federal decretou a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, uma doença que atingia muitos indivíduos no início do século XX no Brasil. Porém muitas pessoas não sabiam o que era essa vacina, tinham medo, e suspeitavam de que isso era uma ação que poderia prejudicá-los. Assim, grande parte da população mais pobre não aceitava a vacinação e foram forçados em sua aplicação, muitas vezes com uso da força policial.

O Rio de Janeiro à época era uma cidade desordenada, com muitas construções irregulares, sem água encanada e coleta de esgoto na maioria dos imóveis residenciais. Uma cidade propensa a proliferação de doenças. As primeiras favelas já cresciam neste período, e era muito comum a presença de cortiços, moradias bastante insalubres, cômodos pequenos onde residiam várias pessoas com presença de umidade e banheiros compartilhados. Como observa Menezes (2002, p. 164):

Os cortiços representavam, antes de mais nada, o espaço social dos pobres, dos pretos, dos excluídos, ali residiam negros libertos, fugidos e, antes de 1889 até cativos viviam ali a partir de uma nova relação com seus senhores, ..., os cortiços eram vistos, pelas autoridades públicas, como um local infecto, de onde provinham as pestes, onde residiam e organizavam-se os escravos, além de serem moradias precárias, sujas, que retratavam um país que eles não queriam que existisse, no ideal de implantação da modernidade. Por todas essas razões, os cortiços – e sua gente – ocupava o papel dos indesejados.

Logo, a política de vacinação impactava justamente essa população pobre, que residia nesses locais propensos à contaminação por pessoas infecciosas. À maneira que essa política foi desenvolvida causou imensa revolta nesses indivíduos. O uso de força policial e a invasão de casas impactaram principalmente favelados, pretos, pobres, moradores de cortiços. Essa desconfiança e insatisfação quanto à política de vacinação empreendida com uso da violência pelo governo, fez com que eclodisse a revolta.

As pessoas iam às ruas e depredavam patrimônios, bondes e praças, enfrentavam as forças policiais, durante seis dias a cidade do Rio de Janeiro ficou tomada por manifestações e atos de vandalismo. Foi até decretado estado de sítio pelo governo federal. Por fim as tropas do exército conseguiram conter a revolta com o emprego de mais violência. O saldo foi de aproximadamente mil presos, dezenas de feridos e 23 mortes, destes a maioria de negros.

Mais uma vez o Estado brasileiro exterminou a revolta com mais violência e força policial, até porque este era o tratamento recebido pelos negros, ex-escravos.

Ainda no Rio de Janeiro, abordaremos a Revolta da Chibata, que em 1910 protagonizou um dos episódios mais marcantes da Primeira República devido ao fato de negros marinheiros desafiarem homens brancos de altas patentes militares.

A chibata era uma prática desumana usada como forma de disciplina nas embarcações navais da época. Os castigos eram aplicados com violência extrema, resultando em ferimentos graves e, em alguns casos, na morte dos marinheiros. Essa prática era ainda mais cruel quando aplicada a marinheiros negros e mulatos, que compunham a maioria da tripulação de baixas patentes da Marinha.

**Figura 2 – Revolta da Chibata**



Fonte: Podcast Mosaico Cultural, 2019.

A revolta liderada por João Cândido (homem negro) teve início a bordo do encouraçado "Minas Gerais," onde ele servia como marinheiro. Revoltado com as condições de trabalho desumanas e as constantes punições físicas, ele liderou a tripulação em um motim que exigia o fim da chibata e melhores condições de trabalho. Esta revolta ganhou apoio popular e das mídias locais, o que impulsionou ainda mais o movimento.

**Figura 3 – João Cândido**



Fonte: Podcast Mosaico Cultural, 2019.

Os integrantes desta marinha brasileira eram em maioria despreparados, com poucos estudos, e as baixas patentes composta majoritariamente por analfabetos, em grande maioria ex-escravos, negros, que sofriam muito preconceito, e não ascendiam a patentes mais elevadas dentro das forças armadas. Esta revolta foi fundamental para mostrar à sociedade que mesmo depois do fim da escravidão os negros continuavam sendo tratados como tais, inclusive dentro de uma instituição de Estado. Mesmo com algumas conquistas nas condições de trabalho dentro das forças armadas, vários marinheiros foram mortos ou presos, mostrando mais uma vez que o governo brasileiro agia com brutalidade e violência com os revoltosos da época.

Após o sucesso da revolta, João Cândido enfrentou desafios, incluindo a perda de sua carreira na Marinha. No entanto, ele continuou a lutar pelos direitos dos negros e das classes trabalhadoras. Sua história é um exemplo inspirador de resistência contra a opressão e de luta por justiça. João Cândido faleceu em 1969, mas sua memória perdura como um ícone da luta pela igualdade e pelos direitos humanos no Brasil. Sua coragem e determinação na Revolta da Chibata continuam a inspirar aqueles que buscam um mundo mais justo e igualitário.



## *Atividades e Reflexões*

De acordo com o texto acima, realize algumas pesquisas e reflita sobre as seguintes questões. Desenvolva respostas com suas palavras:

- 1) O último censo do IBGE, de 2022, mostrou que 72,6% da população da região sul do Brasil se autodeclara branca. Historicamente, desde o final do século XIX, essa região foi povoada por imigrantes italianos, suíços, belgas, alemães, etc.
- 2) Faça uma rápida pesquisa na internet sobre a Guerra do Contestado em sites de educação, e responda: há alguma referência sobre a população negra neste episódio? Se sua resposta for negativa, explique os possíveis motivos.

*Quando livros didáticos e sites de educação tratam sobre a Revolta de Canudos, em geral as referências negras aparecem. Mesmo que não sejam de destaque, é muito difícil apagar a população negra em episódios históricos ocorridos no nordeste brasileiro, em especial na Bahia.*

- 3) Leia o link a seguir, <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38698&t=resultados>, analise a tabela “variação por cor ou raça segundo grandes regiões e as unidades da federação - Brasil (2010-2022)” e explique com suas palavras a afirmação feita acima.
- 4) Leia o link a seguir, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>. Embora o Brasil tenha avançado e melhorado os índices de desigualdades sociais e raciais, eles ainda persistem. Responda quais as semelhanças entre o período histórico da revolta da vacina e o atual em relação à realidade da população negra quanto às condições sanitárias existentes.

- 5) Sobre a Revolta da Chibata, responda: como eram tratados os negros marinheiros naquele período? Eram condições semelhantes a da escravidão?
- 6) Leia o link a seguir, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50680851>. Faça um resumo sobre a vida de João Cândido após a Revolta da Chibata, contextualizando a situação de vida da grande maioria das pessoas negras no início do século XX no Brasil.

## OFICINA 4

Neste capítulo tratamos da "Frente Negra Brasileira" que foi uma organização política que desempenhou um papel significativo durante os governos de Getúlio Vargas, principalmente na década de 1930. Essa organização teve como principal objetivo lutar pelos direitos e interesses da comunidade negra no Brasil, em um contexto de intensas transformações sociais e políticas.

A Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo, em 1931, em resposta às crescentes demandas por igualdade racial e justiça social. Em um momento em que o Brasil passava por mudanças significativas, incluindo a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a Frente Negra se destacou como uma voz importante na luta contra a discriminação racial e a desigualdade. Durante os governos de Getúlio Vargas, a Frente Negra Brasileira buscou promover a igualdade social, lutar contra o racismo e a segregação, além de pressionar o governo por políticas públicas que beneficiassem a comunidade negra. Ela desempenhou um papel fundamental na mobilização e conscientização dos afro-brasileiros e na promoção de uma agenda progressista em relação aos direitos civis.

Na década de 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização de âmbito nacional, surgiu após quatro décadas de resistência à discriminação racial, buscando reparação por três séculos e meio de escravidão. No entanto, seus membros optaram por abandonar as formas tradicionais de luta e adotaram estratégias de inserção social, buscando utilizar os mecanismos aceitos pela sociedade, embora esta ainda mantivesse instrumentos de marginalização e coerção semelhantes aos do período escravista, como relata Algranti (1988).

O discurso de esquecimento do passado escravista, o projeto de branqueamento racial, o etnocídio em curso, a ideia de que todos são iguais e o mito da democracia racial, que já estava em construção, era o contexto do Brasil ainda na década de 1930 e levaram esses homens a pactuar com a sociedade o silêncio sobre a discriminação sistêmica, apesar da marginalização de grande parte de seus pares. Abandonar suas raízes culturais africanas, adotar o catolicismo, casar-se com mulheres brancas e abraçar o discurso meritocrático eram maneiras de obter aceitação na sociedade branca e abrir espaço para ideias que floresceram no final da década de 1920 e início dos anos 30, como o Patrianovismo e o Integralismo, doutrinas políticas conservadoras e autoritárias.

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi estabelecida em 16 de setembro de 1931, com sede na Rua da Liberdade, número 196, na cidade de São Paulo. Ela criou seções ativas em

vários estados, incluindo o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. A principal atividade da FNB era protestar contra a discriminação racial no comércio e nos serviços públicos, além de se opor à perseguição policial.

**Figura 4 – Militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade**



Fonte: Camazano, 2021.

A FNB oferecia uma ampla gama de serviços, incluindo departamentos de instrução e cultura, música, esportes, medicina, imprensa, artes e ofícios, teatro, direito e doutrina, além de uma "comissão de jovens". Para ajudar os membros com dificuldades financeiras, a organização fornecia empréstimos por meio da Caixa Beneficente. Ela também organizava campanhas de "Boa Vontade" e "Cruzada Feminina". Em sua sede, oferecia um salão de cabeleireiro e barbeiro, espaço para jogos e entretenimento, bem como oficinas de costura e um consultório odontológico.

A FNB reconhecia a importância política de uma entidade com seu perfil e, talvez, já visando a possibilidade de se transformar em um partido político no futuro, promovia o envolvimento eleitoral da população negra, mantendo um posto de alistamento em sua sede. Sua abordagem era centrada na busca por inserção econômica e social, e não tinham intenções insurrecionais ou revoltosas.

**Figura 5 - Festa de aniversário da Frente Negra Brasileira em 1935**



Fonte: Machado, 2020.

Nos estatutos da FNB, aprovados em 12 de outubro de 1931 e registrados no Diário Oficial em 4 de novembro de 1931, a organização expressava suas intenções, orientação ideológica e projetos. Os estatutos declaravam que a FNB buscava a união política e social da comunidade negra brasileira para afirmar seus direitos históricos e reivindicar seus direitos e participação na sociedade brasileira atual. A adesão era aberta a todos os membros da comunidade negra de ambos os sexos.

"Em um curto período, a Frente Negra Brasileira estabeleceu dezenas de filiais em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi a maior organização negra da história da República, com a maior visibilidade e repercussão", afirma o historiador Petrônio Domingues, professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e autor de livros sobre questões raciais, incluindo "Protagonismo Negro em São Paulo" (Edições Sesc).

A FNB, proprietária do jornal "A Voz da Raça", combateu o racismo e defendeu políticas para melhorar as condições de vida da população negra. Além disso, ofereceu diversas atividades aos seus membros, incluindo bailes, festas, aulas de música, serviços médicos e palestras sobre questões raciais e política.

A Frente Negra Brasileira foi a primeira organização no país a afirmar que o então denominado 'preconceito de cor' era um problema nacional e estrutural. Atualmente, isso é consenso, mas nos anos 1930 não o era. "Mesmo intelectuais importantes, como Gilberto

Freyre, reconheciam a existência do racismo, mas o consideravam excepcional e isolado a alguns casos", explica Petrônio Domingues.

Em 1936, os membros da FNB decidiram transformá-la em um partido político. No entanto, devido ao golpe de Estado de Vargas em 1937, que resultou no fim dos partidos, a organização foi colocada na ilegalidade. A entidade sobreviveu por alguns meses com um caráter recreativo, adotando o nome de União Negra Brasileira, mas acabou se fragmentando em diversos grupos locais e clubes sociais, com nomes como 28 de Setembro e União Cívica Palmares, que promoviam entretenimento e ações culturais, mas sem grande protagonismo social e político.

De acordo com Domingues (2008, p.532):

A FNB foi expressão da capacidade de união e luta da "população de cor" na década de 1930. Para as lideranças fretenegrinas, a educação era o que hoje se designa bem inviolável. Além da integração e ascensão social do indivíduo na sociedade, ela possibilitaria a eliminação do preconceito e, no limite, garantiria as condições para o exercício da cidadania plena.



## *Atividades e Reflexões*

Leia o texto acima e responda às questões:

- 1) Explique o que foi a Frente Negra Brasileira e quais seus principais propósitos.
- 2) Que tipo de ações, ligadas ao campo social, a Frente Negra Brasileira desenvolveu nos anos em que atuou?
- 3) Mesmo se tratando da década de 1930 no Brasil, o contexto racial era muito diferente daquele abordado nos primeiros anos da república, no pós-abolição da escravidão? Justifique sua resposta.
- 4) Em 1937 a Frente Negra Brasileira foi dissolvida. Explique o porquê desta dissolução tendo em vista o momento político que o Brasil atravessava neste mesmo ano. Leia este link, <https://www.todamateria.com.br/estado-novo/> para te auxiliar na resposta.

## OFICINA 5

Nesta oficina abordamos O Movimento Negro Unificado (MNU), uma importante organização e movimento social que atuou e ainda atua em prol dos direitos e da igualdade da população negra no Brasil. Fundado em 1978, durante um congresso em São Bernardo do Campo, São Paulo, o MNU tem desempenhado um papel fundamental na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial no país.

O MNU tem como objetivos principais a promoção da justiça social, o combate ao racismo, a denúncia das desigualdades raciais, e a defesa dos direitos civis e políticos da população negra. A organização realiza diversas ações, como manifestações, debates, seminários, e campanhas de conscientização, para sensibilizar a sociedade sobre a importância de combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Além disso, o MNU tem desempenhado um papel relevante na promoção da cultura afro-brasileira, na defesa da igualdade de oportunidades, e na busca por políticas públicas que beneficiem a população negra, que historicamente tem sido marginalizada e sofrido com a discriminação racial. O movimento tem diversas ramificações e núcleos em todo o Brasil e continua a ser uma voz ativa na luta pelos direitos e igualdade da população negra, contribuindo para a conscientização e mudança social em relação ao racismo no país.

O contexto de criação do Movimento Negro Unificado não é nada favorável no Brasil. Vivíamos um período de ditadura, o país era comandado por militares, e não era permitida a livre expressão e pensamento. Não se podia escrever e nem se manifestar de maneira contrária ou que desagradasse os interesses militares. Era um período de forte censura e perseguição política por parte dos governos aos seus opositores. Logo, o MNU seria também combatido pelos militares, por parecer de alguma maneira subversivo politicamente.

No lançamento público de criação do Movimento Negro Unificado foi escrita a seguinte carta aberta, que é retratada no livro de Lélia Gonzalez (1982 p. 48-50):

### *Contra o racismo*

*Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!  
Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão racial, contra a  
opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização.  
Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da  
comunidade negra.  
Hoje é um dia histórico, um novo dia começa a surgir para o negro!*

*Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.*

*Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois deles também exigiremos justiça!*

*O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.*

*(...) É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.*

*Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive. CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização, a organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar de todos os setores da comunidade brasileira.*

Carta Aberta à População (7 de Julho de 1978)

Em um primeiro momento é claro perceber a aproximação do MNU às correntes socialistas e comunistas, que lutavam contra a ditadura militar. A própria reunião que cria o movimento é feita em ambiente operário, no ABC paulista. Várias lideranças negras eram também participantes de movimentos sociais e partidos de esquerda.

Para Custódio (2017, p. 74): “garantir que as organizações negras não fossem um obstáculo para o regime político, foi parte do papel da ditadura militar brasileira. Para o regime militar, levantar uma política antirracista era o mesmo que um terrorista da pior espécie”. Neste sentido o MNU surge como uma organização de bastante relevância também na luta pela democracia, contra o autoritarismo vigente na época.

O Movimento Negro Unificado tem forte relação com o período de redemocratização no Brasil, a partir de 1985, e se aproveita deste momento também para dialogar com setores mais progressistas na inserção do negro nas pautas econômicas e sociais. Durante as discussões e elaboração da nova constituição de 1988, o MNU se reuniu por diversas vezes com deputados constituintes para elaboração de políticas públicas de combate ao racismo e de

condições e direitos a esta população. O racismo passa a ser crime no Brasil em 5 de janeiro de 1989, devido a fortes pressões do Movimento negro.

Durante toda a década de 1990 o MNU luta contra os efeitos da recessão econômica na população negra, no alto índice de desemprego desta população e insistentemente no combate ao racismo, que mesmo se tornando crime, ainda hoje é um grave problema sendo discutido no Brasil.

Mais a diante vem a publicação da Lei nº 10.639/2003, no qual remete ao meio educacional, determinando alterações provindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, tendo as transformações no meio da educação consideradas importantes como a flexibilidade curricular, conscientização, inclusão e diversidade na educação, afirma-se a autonomia do docente em atuar com tais elementos em prol da quebra de barreiras de preconceito por meio da história afro-brasileira. Assim, resulta-se na criação de programas municipais e regionais destacando as temáticas étnico-raciais na escola e diante os conteúdos abordados (Passos, 2012). Esta lei era uma antiga demanda do MNU, que busca a inserção das discussões sobre racismo e preconceito no seio do ambiente escolar, promovendo uma melhor formação escolar, mais acolhedora e menos preconceituosa.

A Lei de Cotas do Ensino Superior (Lei nº 12.711/12), um dos maiores avanços na luta pela igualdade racial nos últimos anos, também deve muito ao MNU. Esta lei que já está em vigor há mais de 10 anos no Brasil promoveu um amplo acesso de negros nas universidades públicas brasileiras. Ampliando a presença negra em espaços antes dominados por brancos faz com que a desigualdade se reduza. Ao longo do tempo isso é ainda mais significativo, pois formaremos mais profissionais de nível superior negros: são médicos, engenheiros, advogados, professores negros, e assim, vamos naturalizando que as pessoas negras podem ocupar os postos e os cargos que quiserem, por competência e mérito.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi ampliada com 26º artigo da Lei nº 10.639/03 e pela Lei nº 11.645/08, com isso, é obrigatório trabalhar a questão étnica e racial na Educação Básica, proporcionando mudança nas atitudes, na consciência racista, resgate de valores que foram violados da comunidade negra por conta da escravização. Percebe-se, com a criação dessas leis, que os movimentos sociais com suas reivindicações lutam pela igualdade racial e por legitimidade de direitos e valorização da história, enfatizando o direito à História dos povos africanos, acesso e permanência dos negros nos espaços sociais, por meio de políticas públicas de inclusão social.

Tais leis são conquistas de ações conjuntas dos movimentos sociais, que priorizam a igualdade de oportunidades nos diferentes espaços sociais e a reparação social. Todavia, há de se questionar alguns fatos ainda com relação a preconceição destas leis. Almeida (2018) por exemplo, apresenta-nos um desses questionamentos, a saber: quando se discute a implementação da Lei nº 10.639/03 ainda se faz necessário à busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização.

As políticas afirmativas de valorização e reconhecimento da história e cultura africana são louváveis, mas é preciso estabelecer relações e práticas reflexivas que perpassam na escola. Ações que prevaleçam o respeito, a justiça, a dignidade e a democracia racial como alicerce para humanização e não exploração. Práticas reflexivas onde a oralidade tenha lugar de destaque com histórias de negros e afrodescendentes e que os docentes tenham formação em serviço capaz de promoverem um ensino de qualidade e de valorização das etnias favorecendo a consciência negra, visto que em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política (Brasil, 2003, p. 16).

Várias outras conquistas foram adquiridas pelo Movimento Negro Unificado, através de diálogo com políticos mais progressista, manifestações, ações e atos constantes nas principais cidades brasileiras. Ainda hoje o MNU é ativo e permanece na luta constante contra o preconceito e o racismo no Brasil.



## *Atividades e Reflexões*

Leia o texto acima, reflita sobre o tema e desenvolva suas respostas.

- 1) “O Movimento Negro Unificado (MNU), uma importante organização e movimento social que atuou e ainda atua em prol dos direitos e da igualdade da população negra no Brasil. Fundado em 1978, [...]”, retome a leitura da página 33 e explique por que podemos considerar o contexto da fundação do MNU desafiador para sua atuação política.
  
- 2) Tanto a Frente Negra brasileira (FNB), criada em 1931 quanto o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978 foram importantíssimos instrumentos na luta contra o racismo. Porém existem muitas diferenças entre eles, principalmente devido ao distanciamento no tempo. Cite ao menos uma diferença entre FNB e o MNU.
  
- 3) O Movimento Negro Unificado (MNU) existe até hoje, e já conseguiu conquistas significativas na luta antirracista brasileira. Cite pelo menos duas conquistas adquiridas em favor do povo negro brasileiro pelo MNU.

## OFICINA 6

A sexta e última oficina não tem um material escrito a ser seguido, tampouco possui perguntas ou exercícios específicos. A proposta é conversar com os alunos, todos juntos, sobre o que eles aprenderam ao longo das cinco oficinas anteriores. Ouvir e entender suas percepções. E até mesmo estar atento às críticas que possam surgir, sempre buscando melhorar a atuação profissional e pedagógica.

É importante ressaltar que para entender o racismo no Brasil é preciso diferenciá-lo de outras experiências conhecidas no mundo, como o regime nazista, o apartheid sul-africano ou a situação da população negra dos Estados Unidos da América na primeira metade do século XX, em que o racismo era explícito e institucionalizado por leis e práticas oficiais. No nosso país o racismo é inclusive proibido pela legislação, passível de pena de reclusão. Mas mesmo assim ele ainda existe, no cotidiano, em relação aos níveis de estudo, emprego e renda, em piadas, de maneiras sutis e disfarçadas.

Se a maior parte da população brasileira é composta de pretos e pardos, o que justifica a ausência dessas pessoas em espaços de poder? Isso demonstra a estrutura em que a sociedade brasileira foi construída, reservando os lugares privilegiados para serem ocupados pelas pessoas brancas, além de uma tentativa de naturalizar tal fenômeno.

A partir do momento em que se compreende o racismo como sendo um sistema que estrutura a sociedade brasileira, é quase impossível não ser racista, mesma aquelas pessoas que se assumem não racistas. Porque é algo que transcende a individualidade, está em nós, presente em nossa sociedade, às vezes despercebido. Muitas vezes, pessoas brancas não se interessam pelo tema do racismo, por se considerarem fora do problema. Mas, a superação do racismo no Brasil, é responsabilidade de todos.

A discussão sobre o racismo se faz necessário em todos os ambientes, e não menos importante nas escolas. Fundamental debater este tema e desmistificar algumas ideias do senso-comum, como, por exemplo, o racismo reverso. De acordo com Almeida (2018, p.29):

O que fica evidente é que a ideia de racismo reverso serve tão somente para deslegitimar as demandas por igualdade racial. Racismo reverso nada mais é do que um discurso racista, só que pelo “avesso”, em que a vitimização é a tônica daqueles que se sentem prejudicados pela perda de alguns privilégios, ainda que tais privilégios sejam apenas simbólicos e não se traduzam no poder de impor regras ou padrões de comportamento.

O próprio termo “reverso” já dá a ideia de atipicidade desta dita forma de racismo. É uma inversão do que seria o “racismo correto”. Não há racismo, por tudo que esse conceito carrega, com grupos que historicamente foram dominantes e impuseram suas vontades, gostos, culturas e tradições. Relativizar e ver racismo em qualquer tipo de relação social é também uma estratégia para manter as relações de poder tais quais estão assumidas hoje. Não se perceber enquanto privilegiado apenas por sua condição de pele branca faz com que conceitos absurdos como este se impregnem na sociedade e criem ainda mais dificuldade para uma pretensa igualdade racial no Brasil.

O Racismo como Ideologia funciona na normalização deste processo, fornecendo explicações racionais da desigualdade racial, compondo as normas estabelecidas. O Racismo é percebido enquanto fenômeno institucional e estrutural. É um conjunto ideário que forma o inconsciente coletivo da sociedade atual brasileira. Ressalta-se que o racismo não depende de atitude consciente para existir, já que os aspectos culturais e o imaginário social são determinados por padrões estabelecidos pelo próprio racismo (Almeida, 2018).

Politicamente o racismo possui dois principais pilares: a dimensão institucional e a ideológica. O primeiro está na regulação jurídica e extrajurídica, sendo o Estado o centro das relações sociais contemporâneas. Ele cria as condições necessárias para que o racismo seja incorporado no cotidiano das pessoas. O segundo é a capacidade do Estado em criar narrativas que contribuam para uma uniformização social, apagando as diferenças raciais e sociais presentes. Assim, o Estado evita fraturas como a divisão de classes, o racismo ou mesmo o sexismo. As próprias escolas, enquanto instituições do Estado, são parte integrante desta ideologia, assim como os meios de comunicação e mais recentemente as redes sociais e os conteúdos presentes na internet (Almeida, 2018).

A escola precisa dialogar com os alunos sobre temáticas que impactam suas vidas, mais ainda quando o público-alvo é composto majoritariamente pela população negra. Dialogar não é só expor conteúdo sobre o tema, mas ouvir e verificar posicionamentos e estereótipos já consolidados nos alunos. É esse o principal objetivo da última oficina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira foi um grande avanço, seguida pela Lei nº 11.645/2008. Porém, mais do que isso, é importante que estas sejam aplicadas. Estas temáticas precisam estar presentes no ambiente e no cotidiano escolar.

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencia positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias afro-brasileiras promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do etnocentrismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade e positividade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades.

As relações consequentes com a estratificação social, perpetuação de desigualdade racial e o racismo está como elemento formador da sociedade brasileira, no qual delimitam distinções entre negros e brancos no que concerne à mobilidade social, educação, renda, acesso à saúde, moradia, entre outros. Na circunstância da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre no final do século XIX, a carência das políticas do Estado que tenham como objetivo a inserção de condições materiais e sociais para a possibilidade de vida da população negra almejava uma instrumentalização jurídica, tornando necessário o questionamento sobre a admissão desses sujeitos no corpo social e suas oportunidades após 1888, quando aboliram a escravização no Brasil (Pace; Lima, 2011).

Primeiramente, é interessante elucidar que no cenário após a abolição não houve a criação de políticas públicas afim da reparação histórica devido à discriminação racial e as suas mazelas políticas, culturais, sociais e econômicas vivenciadas pelos escravizados e pelos afrodescendentes, não sendo criados mecanismos de inserção social. Logo, estas populações étnicas foram relegadas à condição de pobreza, desigualdade racial, a falta ou deficiência da admissão à serviços públicos, moradia, ao mercado de trabalho, violações físicas, genocídio e outras maneiras de humilhação. Dessa forma, o Estado apoia com os ajustes da segregação socioespacial dos negros e indígenas no território brasileiro, considerando que o aparato jurídico tem uma alta responsabilidade acerca da admissão da validação de equidade política, social e econômica destes contingentes populacionais (Dorigny, 2019).

A proteção legal de instrução (educação) primária de forma gratuita para todos os indivíduos foi garantida pela Constituição de 1824, contudo questionar-se quem eram os

sujeitos lidos de forma social enquanto tais, acudidos pela lei, se configura como um ponto fundamental para esclarecer uma pergunta: “quem negro foi e quem negro é?”. De acordo com Nascimento (2021, p.133), em 1837 a Lei nº 1 ressaltava: São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos. Visto que essa parte racial da população era excluída das escolas públicas de ensino e tinha seu direito à cidadania negado, o preconceito e a discriminação são legitimadas.

A comunidade escolar não pode improvisar sobre a temática étnico-racial. É imperativo que se desfaça a mentalidade racista e discriminadora herdada pela escravização, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, conscientizando as gerações com processos pedagógicos de inclusão social. Significa dizer que as temáticas educativas precisam tratar da inferiorização vivenciada pelos africanos e afro-brasileiros, bem como a tomada consciência e luta por uma educação reparadora e igualitária (Brasil, 2011).

A história do negro no Brasil é marcada por um longo processo de exclusão e marginalização social, econômica e política, que se refletiu também na educação e nas áreas acadêmicas. Durante séculos, o acesso à educação formal foi negado aos negros, que foram impedidos de aprender a ler e a escrever e de ter acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela sociedade (Guimarães, 2004).

Com o fim da escravidão, no entanto, a luta pela inclusão e valorização da população negra na educação e nas áreas acadêmicas se intensificou. Diversos movimentos sociais e políticos foram criados para garantir o acesso à educação e o desenvolvimento de políticas de inclusão e valorização da diversidade étnico-racial no meio acadêmico.

O Brasil é um país extremamente complexo em suas relações sociais. É racista, é sexista, elitista e promove diariamente uma série de exclusões e diferenciações entre as pessoas. Faz-se necessário cada vez mais investir e insistir na promoção de uma educação pública de qualidade que promova esses e tantos outros debates para que as crianças e jovens que estão sendo formados possam crescer com maior maturidade e capacidade de questionar essas desigualdades e promover uma sociedade mais justa, sem preconceitos e com oportunidades iguais para todas e todos.

Estes foram os principais objetivos deste material.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKPAN, Paula *et al.* **O livro da história negra**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. Especial, p. 45-79, 1988.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AQUINO, Rubim. **Fazendo a História: a Europa e as Américas nos Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.
- BERUTTI, Flávio. **História afro-brasileira e indígena: Colônia**. 4. ed. Curitiba: Divulgação Cultural, 2024. (V.1).
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Portaria nº 43, de 13 de maio de 2011. Aprova o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e dá outras provisões. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 92, p. 1, 16 maio 2011.
- CAMAZANO, Priscila. Entenda o que foi a Frente Negra, movimento pioneiro criado há 90 anos. **Portal Geledés**, São Paulo, 18 set. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entenda-o-que-foi-a-frente-negra-movimento-pioneiro-criado-ha-90-anos/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2021**. Brasília, DF: Ipea, 2021. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2021.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2021.pdf). Acesso em: 17 abr. 2023.
- COSTA, Francine. Uma abordagem possível da população negra no Contestado (1912-1916) para o ensino de História. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2017.
- CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU)-1978-1990**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, p. 517-534, 2008.

DORIGNY, Marcel. **As abolições da escravidão no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2019.

FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano Editorial, 1978. (V.3).

GONZALEZ, Lélia. **O movimento negro na última década: Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros do Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 2004.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1-12, 2019.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres: contribuições para os estudos das ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2018.

MACHADO, Leandro. Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MATHIAS, Herculano Gomes; PIAZZA, Walter; THOMÉ, Nilson. **Contestado**. Rio de Janeiro: Index, 1987.

MENEZES, Anna Patrícia *et al.* A revolta da vacina: leituras. **Espaços: Revista de Teologia e Cultura**, São Paulo, v. 10, n. 1-2, p. 163-171, 2002.

MESGRAVES, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1994.

NASCIMENTO, Camila do. **A Ciência como Legitimadora do Racismo**. Formiga, MG: MultiAtual, 2021.

NASCIMENTO Chrisllayne. C.C. *et al.* Aspectos associados com a ocorrência da violência na população negra. **Ciências Biológicas e de Saúde Unit**, Aracaju, v. 4, n. 1, p. 99-112. 2017.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares; LIMA JÚNIOR, Oswaldo Dantas. A ausência do negro e da temática “escravidão” na literatura sobre a velha Canudos. **Cognitionis Scientific Journal**, Teresópolis, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PACE, Ângela F.; LIMA, Marluce O. Racismo Institucional: apontamentos iniciais.

**Artifícios:** Revista do Difere, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2011.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro, ação política e as transformações sociais no Brasil contemporâneo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 105-124, 2012.

PODCAST MOSAICO CULTURAL: Revolta da Chibata: 109 anos de um levante contra o racismo nas Forças Armadas. [Locução de]: Mayara Paixão. [S. l.]: Rádio Brasil de Fato, 22 nov. 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/22/revolta-da-chibata-109-anos-de-um-levante-contra-o-racismo-nas-forcas-armadas>. Acesso em: 30 maio 2024.

RAMOS, Renê Wagner. A Representação dos Negros na Guerra do Contestado no Museu Paranaense. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: 100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO: HISTORIOGRAFIA, ACERVOS E FONTES, 15., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpuh, 2016. p. 1-13.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. São Paulo: 7Letras, 2009.